

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

EMENTA: Recurso à censura oral aplicada a Vereador.

AUTORIA: Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal.

ENTRADA: 25 de fevereiro de 2015



3 000001
CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO
Estado do Paraná

PROT 239/2015

25/02. 09.146


Fernanda Cristina Sanchez
Assistente Legislativo
Câmara Municipal de Toledo

Toledo, 24 de Fevereiro de 2015.

Ao vereador Wagner Delábio
Presidente do Conselho de Ética
Câmara Municipal de Toledo – Pr
Assunto: Encaminhamento de Recurso à Censura Oral.

Dos fatos:

No dia 23 de fevereiro ao encaminhar meu voto, busquei construir uma argumentação que pudesse convencer os demais colegas vereadores a modificar o referido requerimento face as necessidades de parceria a serem buscadas ou estabelecidas junto ao Governo do estado do Paraná, ou seja parceria para solução de problemas graves, na área de saúde, destaco aqui a situação das gestantes. Tal construção de argumentação levou o presidente à impedir-me na continuidade da argumentação naquele momento. Pois bem, gostaria de propor a transcrição de um trabalho em que fundamenta o desenvolvimento de um discurso argumentativo:

1 – Argumentar: construir o objeto discutível

“ Uma primeira condição para a produção do discurso argumentativo é a discutibilidade do objeto de discurso. Para Golder (1996:14), “essa discutibilidade deve traduzir-se no discurso”, por meio da justificação e da negociação, operações fundamentais para a produção desse gênero do discurso. Essas operações se constroem sobre a base dos “sistemas de valores dos locutores”. A produção do discurso argumentativo é o resultado da articulação de operações lingüísticas específicas que caracterizam um “discurso elaborado”, ou seja, “um discurso que, para responder a seu objetivo, faz intervir operações mais ou menos específicas, as quais se traduzem em unidades lingüísticas” (Golder, 1996:15).

Assim, a construção do objeto de discurso, então, obedece à seleção e organização de seus aspectos discutíveis. Para que um discurso argumentativo seja aceito ou, pelo menos, aceitável, seu locutor deve considerar as características da situação em que se encontra, uma vez que, na situação comunicativa, os interlocutores devem sempre antecipar tanto o discurso quanto as crenças, os saberes, os desejos e valores de seus parceiros. Nessa perspectiva, deve-se ressaltar a importância do modo discursivo na construção do objeto de discurso, com o qual o locutor pretende modificar as crenças de seu interlocutor, particularmente por meio do emprego de enunciados axiológicos (que exprimem julgamento), em oposição ao emprego de enunciados factuais (que exprimem um fato). Este último tipo de enunciados impede ou, pelo menos, reduz a possibilidade de intervenção do interlocutor e, conseqüentemente, impede, “de fato, uma real negociação entre os participantes” dessa atividade comunicativa. Portanto, “o



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

discurso argumentativo elaborado é um discurso negociado; o locutor, pelo emprego de certas formas linguageiras, deve preparar um espaço de negociação para seu interlocutor" (Golder, 1996:39).

Nessa perspectiva, argumentar é modular uma crença, instaurando, no discurso e por ele, distâncias entre a realidade exterior e as representações que se pode fazer dela graças ao universo de crenças do locutor, isto é, graças ao conjunto de mundos possíveis que o locutor pode evocar nessa representação. Desse modo, assumindo o caráter discutível de seu objeto de discurso, o locutor deve, por um lado, estabelecer uma certa distância entre ele e seu discurso e, por outro lado, apresentar argumentos os mais aceitáveis, apoiados em valores e crenças compartilhados por ele e seu interlocutor.

Golder (1996:87) indica três aspectos sob os quais a discutibilidade do objeto de discurso pode apresentar-se. O primeiro deles caracteriza o tema como socialmente discutível, isto é, "uma posição social dominante 'impede' a discussão"; o segundo, identifica esse tema como pessoalmente discutível – "a discussão é determinada pelo modo como o locutor se sente implicado no debate"; finalmente, o terceiro indica o tema como sendo comunicativamente discutível, ou seja, "a discutibilidade é determinada pela finalidade atribuída à situação de comunicação".

Existem temas mais fortemente marcados socialmente que outros, isto é, sobre os quais a polêmica é menos autorizada. Nesse caso, o locutor não poderá ignorar essas posições sociais fortes e deverá, portanto, "apresentar seu discurso de modo negociado, refletindo, assim, a consideração da posição dominante".

Já nos casos em que a polêmica é mais amplamente autorizada, ou seja, para os quais várias posições são aceitáveis, "o locutor se sente autorizado a defender firmemente uma posição sem debatê-la" (Golder, 1996:88).

A implicação do locutor no debate – ter o que dizer e ser importante dizê-lo – é fator determinante na construção de um discurso argumentativo elaborado. Além disso, "a percepção pelo locutor da possibilidade de um debate entre duas posições é indispensável para que uma argumentação se estabeleça" (Golder, 1996:92), já que a argumentação pressupõe uma situação de desacordo de posições, na qual se constrói a representação de um domínio fortemente controvertido. Como decorrência, essa implicação do locutor no discurso argumentativo elaborado será tanto mais intensa quanto mais envolvido pelo tema proposto ele estiver, colocando-se em cena em seu discurso por meio da articulação de argumentos e contra-argumentos, para melhor defender seu ponto de vista. Em razão disso, os temas com forte implicação subjetiva dão lugar à maior frequência de negociação nesse discurso. Ao contrário, nos casos em que essa implicação não ocorre, o locutor recorre aos "lugares comuns", nem sempre adequadamente



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

dominados e articulados, resultando em um discurso por vezes incoerente.

Em relação à atividade discursiva, Kerbrat-Orecchioni (1980:158) descreve o estatuto lingüístico do locutor quanto aos graus e às modalidades de sua presença nessa atividade, estabelece três distinções: • presença explícita, intervenção direta por meio do significante “eu” (ou de uma de suas variantes);

- presença indireta por meio de expressões afetivas, interpretativas, avaliativas, modalizadoras, axiológicas;
- presença que se manifeste enfim pelo conjunto de escolhas estilísticas e de organização do material verbal.

A autora também observa os procedimentos lingüísticos que marcam a presença do destinatário/interlocutor, dentre os quais destaca as formas “apelativas”, ou vocativos, seguidas de formas imperativas, que incluem sempre uma segunda pessoa. Além desses traços, a autora relaciona a totalidade do material lingüístico elaborado, o grau de explicitação das informações e o próprio conteúdo do enunciado/texto, elaborado em tipo e gênero distintos.

No discurso argumentativo, seu locutor está engajado no papel de “ator social” que procura fazer admitir seus pontos de vista a partir, primeiramente, da seleção do objeto a discutir e, em segundo lugar, da seleção de argumentos para apoiar a construção desse objeto, objeto se argumentos esses que dependem do seu sistema de valores, eminentemente subjetivo. Em razão disso, caracteriza-se a argumentação como uma “subjetividade marcada”, com a qual o locutor assume uma atitude – de crença ou dúvida – e um certo distanciamento – crença ou certeza – em relação ao objeto de seu discurso, assumindo-o como um “dizer”, uma “opinião” ou como uma “experiência”.

Na concepção Golder (1996:42), o discurso argumentativo elaborado é um discurso assumido, no qual o locutor toma uma posição, enunciando-a claramente para fazê-la aceitável. Isso se torna possível com a constituição de diferentes enunciadore, cujas teses são consideradas – confirmadas ou refutadas, total ou parcialmente – no discurso. Assim, o locutor marca a distância entre ele e aquilo que ele diz. Ainda que não assuma posição explícita quanto ao objeto em construção ou discussão, a seleção lexical, ao lado dos argumentos apresentados, orienta para a conclusão que quer estabelecer.

Tomado como “operação de negociação” entre diferentes posições, o discurso argumentativo requer a descentração do ponto de vista pessoal para a identificação de pontos de vista diferentes e sua integração em um discurso coerente, “dialogal”, cujos argumentos sejam consistentes para provocar a adesão à tese proposta. O caráter dialógico do discurso argumentativo exige clareza, informações suficientes para a (re)construção do percurso argumentativo, bem como a adequação dos argumentos à situação comunicativa em que se encontram os



000004

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

interlocutores. Em razão disso, na produção do discurso argumentativo elaborado, é preciso não só escolher o objeto da discussão, selecionar as diferentes opiniões sobre ele e organizá-las em enunciados, mas também articular as partes do discurso, transformando-o em texto, dando-lhe sustentação.

A articulação entre as partes do discurso é essencial ao discurso argumentativo, pois, segundo Golder (1990:46), a estrutura de sustentação deve não apenas relacionar uma tomada de posição e um argumento ou argumentos, mas também articular argumentos que tenham uma função particular: os contra-argumentos, ou enunciados de especificação, restrição...

Esse processo de sustentação do discurso argumentativo elaborado baseia-se em dois procedimentos fundamentais, sendo o primeiro deles a escolha e organização dos conceitos a serem discutidos, e o segundo, a sua textualização, ambos determinados pela situação comunicativa em que se encontram os interlocutores. Para a mesma autora, as operações de justificação e negociação se apresentam como núcleo organizador desse gênero do discurso.

2 – Argumentar: justificar e negociar

Golder (1996) reconhece a complexidade das operações envolvidas na construção do discurso argumentativo elaborado, uma vez que o referente desse gênero do discurso é construído no discurso e pelo próprio discurso, o que exige o domínio de diferentes processos, tais como planificação, coerência, transcrição, dentre outros. Ainda para a autora, essa complexidade de organização do discurso argumentativo apresenta-se sob duas ordens específicas de dificuldades: a discutibilidade do objeto, já comentada, e a consideração do destinatário desse discurso.

A primeira ordem relaciona-se à necessidade de identificar e articular argumentos coorientados e antiorientados, hierarquizados em uma rede de argumentos que constroem o objeto do discurso. A segunda, por sua vez, diz respeito à consideração do interlocutor e de suas crenças, já que o discurso argumentativo deve ser baseado em representações comuns aos interlocutores, que garantem a validade e a aceitabilidade dos argumentos.

Golder (1996) enfatiza o caráter comunicativo das operações de justificação (defesa de um ponto de vista) e de negociação (abertura de espaço para a contra-argumentação), considerando o objetivo de “modificar as crenças do interlocutor”, ou seja, provocando uma mudança no comportamento observável que direciona todo discurso argumentativo. Na elaboração desse gênero do discurso, a operação de justificação “permite a construção de uma rede de argumentos interconectados” e está ligada ao processo de planificação, de construção de um conjunto “lógico-interativo” que permita ao interlocutor aceitar ou não a



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

argumentação desenvolvida. Já a negociação “contribui de preferência para a admissibilidade dessa rede de argumentos” e está ligada ao aspecto da “sedução” da argumentação. A complexidade envolvida nesse processo de construção do discurso argumentativo elaborado varia em relação ao tipo de estrutura (de uma estrutura simples à contraargumentação) e à escolha do tema argumentativo (da referência a um único tema àquela de temas variados).

Tomando como exemplo a contra-argumentação, percebemos que ela remete à dimensão da justificação ao mesmo tempo em que participa da construção de um discurso negociado. São dimensões linguisticamente interdependentes, estando a negociação subordinada à justificação. Para a autora, argumentar é justificar uma posição, levando em conta o destinatário do discurso, seu ponto de vista, seus interesses, o que constitui uma dimensão interlocutória que ela denomina de “negociação”. A justificação, por sua vez, materializa-se por meio da complexificação, da planificação, da diversidade de argumentos e é um componente específico da argumentação, presente em todos os discursos argumentativos, e variável de acordo com as finalidades desse discurso.

Um discurso argumentativo elaborado distingue-se dos demais tipos de discurso por apresentar “tomadas de posição sistematicamente justificadas”, sustentadas por argumentos admissíveis, isto é, partilhados ou partilháveis pelo grupo social a que o locutor pertence. A aceitabilidade desses argumentos depende da maneira como o locutor os organiza em seu discurso para torná-los aceitáveis para seu interlocutor. Assim, para realizar a operação de justificação, o locutor recorre, essencialmente, à operação de sustentação, enquanto na negociação utiliza-se de meios muito diversos, tais como “expressões de julgamento, distanciamento em relação ao discurso, modulação de julgamento, contra-argumentação, especificação/restrrição da abrangência dos argumentos, ...ironia, subentendido” (Golder, 1996:59).

A manipulação dessas duas operações varia de acordo com a situação de produção do discurso argumentativo – gestão monogerada ou poligerada. Em uma situação de diálogo, com a presença física do interlocutor, uma estrutura argumentativa se concebe no conjunto de turnos de fala de um locutor dado e a consideração do interlocutor é quase automática. Já em situação monologal, o locutor deve fazer um esforço de descentração para imaginar o(s) ponto(s) de vista do interlocutor e a negociação torna-se, assim, textualmente mais elaborada, já que o locutor deve não apenas antecipar a contra-argumentação de seu interlocutor, mas também coordenar várias perspectivas. Essa conduta argumentativa requer a utilização de componentes textuais mais ou menos específicos, cujo domínio evolui com a idade, mas também com a prática sistemática e sistematizada (Dolz, 1996).

3 – Argumentação escrita: polifonia e negociação



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

Para Landsman (1998:60), "a escrita afeta a nossa maneira de pensar nos processos de leitura, na interpretação, na discussão e na produção de textos. E isso sucede fundamentalmente em situações nas quais diferentes propósitos vão delimitando as escolhas de formas lingüísticas concorrentes". Esse fato decorre da multiplicidade de funções que a escrita cumpre na sociedade, promovendo o desenvolvimento do pensamento para níveis mais altos de formalização. Considerando, então, o propósito discursivo de influenciar ou agir sobre o outro, numa perspectiva dialógica, o processo de produção do texto/discurso argumentativo envolve três componentes indissociáveis: o locutor, o interlocutor e a situação de produção. Dessa forma, para a produção de um discurso satisfatório, aquele que o produz deve instaurar-se como o locutor, ser responsável pela produção e, ao mesmo tempo, responsável por instaurar, necessariamente, o interlocutor, isto é, o outro, a partir do que supõe serem seus valores e suas crenças, inserindo ambos em uma situação de produção do objeto discursivo, quer oral, quer escrito. Nesse contexto, interfere "a imagem que o interlocutor faz de si mesmo, do outro, do referente e da própria língua" (Possenti, 1981: 47).

Nessa mesma perspectiva, argumentar é, instaurando-se como locutor, construir um ponto de vista para levar um interlocutor a aceitá-lo como, pelo menos, possível. A respeito da importância do papel do sujeito na produção discursiva, Geraldi (1993: 136) lembra que "a novidade... é precisamente o fato de o sujeito comprometer-se com sua palavra e de sua articulação individual com a formação discursiva de que faz parte, mesmo quando dela não está consciente". Por esse raciocínio, argumentar é o compromisso do locutor com a tese que defende e com o interlocutor que instaura, articulando posições, opiniões e pontos de vista que representam seu modo de ver o mundo e/ou seu objetivo de construí-lo de forma tal a torná-lo aceitável por seu interlocutor. Para alcançar esse intento, o locutor deve, necessariamente, "projetar-se" no texto, instaurando a voz argumentativa que o torna responsável pela opinião/ posição/ponto de vista que expressa e defende. Essa voz argumentativa é a condição de emergência do novo, do "criativo", do inusitado, ou seja, do "texto singular".

A partir da instauração dessa voz argumentativa, o locutor torna-se responsável pelo novo discurso e atribui-lhe uma orientação discursiva que representa seu objetivo comunicativo, ou seja, imprime a seu texto/ discurso um sentido determinado pela prática de certas estratégias argumentativas. Dentre estas estão a justificação, a refutação, a contraargumentação construídas com recursos lingüísticos variados, dos quais se podem citar o argumento por autoridade, argumento baseado no consenso, em provas concretas, no raciocínio lógico e na competência lingüística (Platão & Fiorin, 1996). Quaisquer que sejam os recursos selecionados para a produção desse discurso, o objetivo será um único se mesmo: elaborar um texto que pareça verossímil, passível de aceitação por seu destinatário.

Tanto as estratégias argumentativas quanto os recursos lingüísticos de



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000007

000004

que se utiliza o locutor na construção de seu texto/discurso argumentativo denunciam uma característica particular deste último: a polifonia. A consciência de que é preciso considerar a presença do outro, interlocutor real ou virtual, numa situação discursiva determinada, antecipando seus valores e suas crenças, estabelece uma relação dialógica entre o locutor do discurso e seu oponente.

Por sua natureza polifônica, o texto/discurso argumentativo lida necessariamente com tópicos controvertidos, que se abrem à discussão e são reconhecidos como tais, o que implica o desacordo, portanto, a discutibilidade do tema, e o sistema de crenças do indivíduo (Golder, 1996, 1998).

Em razão disso, é o espaço privilegiado do embate de diversas vozes sociais, uma vez que a argumentação se caracteriza como uma "forma específica de enunciação que constrói, representa as relações de força subjacentes à interação social por meio de controle, de transformações efetuadas na e pela linguagem" (Brandão, 1998: 97).

Nessa perspectiva, o objetivo do texto e do discurso argumentativos vai além da mera informação, recorrendo a estratégias de persuasão/ convencimento, ou seja, a operações de produção de efeitos de sentido que indicam a função e o funcionamento próprios desse gênero do discurso. O discurso argumentativo caracteriza-se por apresentar, dentre outros traços, o encadeamento de vários argumentos e os turnos concessivos, com o reconhecimento de refutações e contra-argumentos possíveis. Desse ponto de vista, a argumentação distancia-se largamente da dissertação (cf. Charolles, 1990), uma vez que ultrapassa os limites da construção de uma reflexão, exigindo, além dela, a tomada de posição, a defesa de um ponto de vista e a construção de um discurso adaptado a uma determinada situação, buscando efeitos de sentido por meio de argumentos articulados e suficientes para tal fim. Em vista disso, os traços mencionados materializam-se no discurso por meio de operações, isto é, pelo domínio "de um certo número de capacidades lingüísticas e cognitivas para tratar a situação e traduzir o resultado desse tratamento em unidades lingüísticas apropriadas" (Golder, 1996:14).

Os traços mencionados caracterizam, especificamente, operações de negociação, nas quais o locutor estabelece uma certa distância entre seu discurso e o discurso de seu interlocutor, real ou virtual, para com ele negociar. No contexto discursivo, a negociação refere-se à operação psicolingüística a partir da qual o locutor relaciona recursos lingüísticos ao domínio/sistema de referência em questão, manipulando-os para influenciar seu interlocutor e, se possível, levá-lo a aceitar seu ponto de vista. É esse o espaço, portanto, da articulação entre a subjetividade e a alteridade, no qual se consolidam as diversas vozes que compõem um texto/discurso argumentativo.

A negociação, ou a articulação, constrói, pragmática e estruturalmente,



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

o texto/discurso argumentativo e requer o reconhecimento de duas dimensões intrinsecamente ligadas: a textual e a discursiva. Por essa razão, a produção escrita do texto/discurso argumentativo envolve dificuldades tanto de ordem lingüística $\frac{3}{4}$ seleção de operadores argumentativos, para estabelecer as relações lógicas pretendidas $\frac{3}{4}$ quanto discursiva $\frac{3}{4}$ escolha de uma estratégia argumentativa e seleção e hierarquização de argumentos, para agenciar adequadamente as diferentes vozes que o compõem.

Para além desses aspectos, na construção do texto/discurso argumentativo, é imprescindível a identificação das diferentes vozes que o constituem. A partir da identificação do fenômeno da polifonia, o aluno deverá ser capaz de gerenciar as vozes presentes nesses diferentes discursos, a fim de construir um discurso novo e pessoal, do qual ele seja o locutor, isto é, o responsável pelo ponto de vista sustentado no espaço discursivo construído na argumentação escrita.

Segundo Golder (1996:66), na escrita, a estrutura argumentativa se complexifica com o passar da idade do locutor do texto. Assim, de uma forma de justificação "rudimentar", esse locutor passa à utilização de um procedimento sistemático de justificação, associando-a aos pontos de vista expressos no texto. Na construção do discurso argumentativo elaborado, dessa forma, a contra-argumentação, além de identificar uma estrutura argumentativa complexa, marca-se, também, como a abertura a outras posições, isto é, à negociação no discurso. Para a autora, a contra-argumentação representa a forma mais elaborada de negociação e caracteriza-se como forma específica da argumentação não só por se adaptar a temas discutíveis, portanto negociáveis, como também por referir-se ao modo de construção do objeto de discurso, além de abrir espaço para a participação do interlocutor, possibilitando, assim, a negociação entre diferentes pontos de vista. A essas razões, a autora acrescenta a frequência das marcas de negociação no discurso argumentativo, caracterizando "a evolução desenvolvimental desse gênero do discurso em situações diferenciadas" (Golder, 1996:67). É, pois, a natureza do argumento, baseado em valores compartilhados pelo destinatário, que garante sua aceitabilidade junto ao interlocutor. Os interesses deste último também são alvo de negociação para tentar modificar suas representações, antecipando os contra-argumentos que poderiam ser apresentados por ele.

Ainda segundo a autora, na comunicação oral, o discurso argumentativo já está presente nas atividades lingüísticas de crianças de $\frac{3}{4}$ anos, manifestando alguns traços de justificação e de negociação, que evoluem com a idade, passando não de um discurso justificado àquele justificado e negociado, mas "a evolução de um discurso argumentativo no qual traços das operações de justificação e de negociação são pouco frequentes e lingüisticamente simples, a um discurso no qual essas marcas são empregadas com uma frequência elevada e sob uma forma mais complexa" (Golder, 1996:69). É, portanto, à complexificação dessas formas que o



000009

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

formas que o desenvolvimento está ligado. (CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCUTÍVEL: ARGUMENTAÇÃO E INTERAÇÃO Maria Rosa Petroni* (UFMT)

Nesta perspectiva, não tive outra intenção a não ser resguardar-me do direito em construir uma argumentação que conduzisse o plenário à uma reflexão acerca da proposição, visto a necessidade de parceria a ser estabelecida com o Ente Estadual para resolver o problema da Saúde Pública em nossa cidade.

Creio que não há, em lugar algum a forma em que os argumentos devam ser construídos, elaborados e pronunciados. Logo me senti penalizado. Creio que a função do parlamento é esta: promover o amplo debate do contraditório, a fim de convergir para o consenso da maioria.

Portanto, creio que a penalização não pode ser a mim atribuída, pois fui penalizado sim, pela forma como os fatos se sucederam. O exercício livre da palavra e da construção da argumentação, pressupõe o uso de fatos que permitam ao seu autor atingir o fim para o qual se propõe. Neste sentido peço ao Conselho que anule a aplicação da censura, restabelecendo o direito do vereador de construir uma argumentação sobre os fatos. Concluo dizendo que não há uma regra que me negue o direito de usar fatos na elaboração e construção de uma argumentação, espero deste Conselho o discernimento e a sabedoria do julgamento justo do referido pedido.


NEUDI MOSCONI

Referências Bibliográficas

- AURICCHIO, A., MASSERON, C. & PERRIN-SCHIRMER. La polyphonie des discours argumentatifs: propositions didactiques. Pratiques, No. 73, 1992: 7-50.
- BRANDÃO, H. H. N. Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CANVAT, K. La notion de genre a l'articulation de la lecture et de l'écriture. Les interactions lecture-écriture. Neuchâtel: Peter Lang, 1994.
- CHAROLLES, M. La dissertation quand même. Pratiques, No. 68, 1990: 5-16.
- DOLZ, J. Produire des textes pour mieux comprendre. L'enseignement du discours argumentatif. Les interactions lecture-écriture. REUTER, Y. (org.) Neuchâtel/ Suisse: Peter Lang, 1994.
- DOLZ, J. Learning argumentative capacities. A study of the effects of a systematic and intensive teaching of argumentative discourse in 11-12 year-old children.





000010

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

- Argumentation, V. 10, 1996: 227-251.
- GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GOLDER, C. & COIRIER, P. The production and recognition of typological argumentative text markers. Argumentation, V. 10, No.2, 1996: 271-282.
- GOLDER, C. & COIRIER, P. Le développement des discours argumentatifs. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1996.
- GOLDER, C. & COIRIER, P. Debatable topic or not: Do we have the right to argue? European Journal of Psychology of Education, Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1998.
- LANDSMAN, L. T. Aprendizagem da linguagem escrita. São Paulo: Ática, 1998.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation. De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980.
- MASSERON, C. Entre argumentation et langue: propositions visant à la réécriture des fragments très locaux. Pratiques, No. 84, 1994: 41-54.
- MASSERON, C. Pour une didactique de l'argumentation (écrite): problèmes, objets, propositions (I). Pratiques, No. 96, 1997. 133
- MASSERON, C. Pour une didactique de l'argumentation (écrite): problèmes, objets, propositions (II). Pratiques, No. 96, 1997.
- PLANTIN, C. L'argumentation. Paris: Seuil, 1996.
- PLATÃO, F. S. & FIORIN, J. L. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.
- POSSENTI, S. Sobre discurso e texto: imagem e/de constituição. Sobre a estruturação do discurso. UNICAMP/IEL, 1981.
- SCHNEUWLY, B. Genres et types de discours: considérations psychologiques et ontogénétiques. Les interactions lecture-écriture. Neuchâtel: Peter Lang, 1994.
- SCHNEUWLY, B.. Content and formulation writing argumentative texts in pairs. Argumentation, V. 10, No. 2, 1996: 213-226.



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze (17.03.2015), terça-feira, às oito horas e quarenta e nove minutos (08h49min) na Sala de Reuniões, da Câmara Municipal de Toledo, Estado do Paraná, teve início a realização da reunião do Conselho de Ética. Instituído pela Portaria nº 05, de 09 de janeiro de 2015, que designa os membros das Comissões permanentes e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Toledo para o biênio 2015-2016, presidida pelo Vereador Wagner de Labio, Presidente do Conselho e este, dando abertura solicitou ao Vereador Marcio Zanetti Secretário que fizesse a chamada dos Senhores Vereadores membros do Conselho e verificou se a presença de todos os membros, sendo eles: Wagner de Labio, Presidente, Tita Furlan, Vice-Presidente, Marcos Zanetti, Secretário e Lucio de Marchi, Membro e ausência do Vereador Expedito Ferreira, Membro, . O Presidente deu sequência informando que havendo quórum legal a reunião poderia prosseguir normalmente. Estiveram presentes para desenvolver os trabalhos administrativos o servidor Lucas Ricardo Teodoro, Agente Legislativo e o Assessor Jurídico Eduardo Hoffmann para prestar os devidos esclarecimentos aos membros da Comissão sobre os encaminhamentos que a Comissão poderia tomar a partir dos documentos a ela apresentados. Dando sequência, o Presidente salientou que um dos itens da pauta seria a o processo de representação para cassação dos Vereadores Giancarlo de Conto e Eudes Dallagnol. Continuou agradecendo o relator da matéria, pelo relatório feito de maneira profissional, relatando os fatos e colocando com muita clareza de maneira que não restassem dúvidas da postura e do zelo e cuidado que o Conselho teve no momento em que decidiu fazer a representação, registrando, nos anais da Casa que em momento algum o Conselho agiu de forma arbitrária ou inconsequente e que desde o início se pautaram pela prudência, sem se deixarem levar por convicções partidárias, amizades, corporativismo ou qualquer outro desejo que não fosse o de se fazer justiça. Mesmo que alguns poderiam falar que os Vereadores não tiveram momentos para fazerem defesas este nunca foi a eles negado, pois, antes de colocar o Projeto de Resolução, após acatada a representação os Vereadores teriam o prazo hábil para fazerem as suas defesas. Assim o Presidente salientou que cumpriram o Regimento. O Vereador Tita Furlan comentou que lhe havia causado estranhamento quando na sessão anterior o Presidente salientou que o Vereador noa teve momento para se defender, quando foi falado que o momento seria dado, e foi feito novamente uma negativa como se não houvesse dado a oportunidade do vereador se defender. Desta forma disse que o que ocorreu na sessão foi um absurdo e que o Presidente precisava de algumas instruções porque às vezes extrapolava a função de Presidente, fazendo comentários fora do que deveria agir na sessão e assim disse que ficava o protesto de que o Presidente havia feito sinal negativo como se não houvesse dado por parte dos membros do Conselho não houvesse dado oportunidade de defesa. Tita frisou que a oportunidade foi dada e quem não a quis foi o próprio Vereador que renunciou antes. Wagner de Lábio esclareceu que fzia a fala no início para registrar que o Conselho agiu de forma correta. Na continuidade, o Presidente do Conselho comentou que haja vista a carta



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000012

de renúncia entregue por ambos os Vereadores à Casa, tornou-se desnecessário o processo e que naquela data reunia o Conselho para oficialmente fazerem o arquivamento do Processo, o qual estava a disposição do Presidente, e este era bastante extenso, e que seria encaminhado para o arquivamento na Casa, devido à renúncia de ambos os Vereadores. Na sequência, o Presidente informou que ainda na pauta da reunião, tinham o ofício do Vereador Neudi Mosconi ao Conselho, que era sobre recurso à censura oral. O Presidente leu parte do referido recurso aos demais membros: "no dia 23 de fevereiro, ao encaminhar o meu voto, busquei construir uma argumentação que buscasse convencer os demais colegas Vereadores a modificar o referido Requerimento, face as necessidades de parcerias serem buscadas ou serem estabelecidas junto ao Governo do Estado do Paraná, ou seja, parcerias, para a solução de problemas graves na área da saúde. Destaco aqui a situação das gestantes. Tal construção de argumentação levou o Presidente a impedir-me na continuidade da argumentação naquele momento. Pois bem, gostaria de propor a construção de um trabalho em que fundamenta o desenvolvimento de um discurso argumentativo". O Presidente frisou que o Vereador havia feito uma justificativa filosófica de oito páginas, fora a bibliografia citada justificando o porquê o mesmo se comportou de tal forma. Assim, adiantando os trabalhos do Conselho, tomou a liberdade de separar a gravação do momento em que o Vereador Neudi Mosconi foi punido e os motivos pelo qual foi punido para que o Conselho pudesse relembra o fato e poder acatar ou não a retirada da censura oral. Particularmente disse desconhecer a retirada de censura oral, disse o Presidente. Já havia sido punido na própria sessão, no final da sessão o Vereador Mosconi havia recebido a censura oral pelo comportamento indevido dele por parte do Presidente e agora queria que retirasse a censura. O Vereador Marcos Zanetti questionou qual era a fala que foi merecida de punição? O Presidente esclareceu Mosconi havia desviado o assunto. Zanetti disse que havia recordado e que o Presidente, por mais que o Presidente nos anos anteriores tinha todo um embate político com o Vereador Mosconi, via que o Presidente ficava numa situação um tanto quanto confortável, porque o mesmo estava ali justamente para tentar manter a ordem e era fato que às vezes o Vereador Neudi Mosconi extrapolava e o remédio bom era o amargo e que às vezes era necessário que se fizesse uma situação daquelas para que Mosconi começasse repensar. Frisou que não era nada pessoal, e que sempre procuraram no Conselho tratar as situações com a maior imparcialidade possível, e que dessa forma, na situação que o Presidente se encontrava, se fosse ele Presidente disse que faria a mesma coisa, uma vez que não era a primeira nem a décima vez que o Vereador Neudi Mosconi tinha a atenção sendo chamada, até pelo Presidente do anterior do Legislativo, porque consequentemente o mesmo fugia do assunto. O Vereador Lucio de Marchi disse que foi oficiada o Conselho de Ética, que existia um fato ocorrido num momento na sessão ordinária da Casa, e que havia o Regimento Interno que procurava corrigir certas instruções que aconteciam e que o Presidente no uso de suas atribuições, chamou a atenção do Vereador e que o que dizia o Regimento Interno? Indagou! Assim o Vereador Lucio sugeriu que fosse indicado um relator na matéria, uma vez que a mesma havia dado entrada e que se buscasse no



Regimento Interno as atribuições do Presidente, se cabia ao Presidente da Casa de tomar aquela providência, e que disse achar que caberia a tomada daquela atitude, e que se era competência, deveria ser arquivado automaticamente. Porém se não coubesse ao Presidente tomar aquela providência, salientou achar que caberia ao Presidente, porque já havia sido Presidente e que tinha a prerrogativa de cortar a palavra do orador quando fugia do assunto determinante naquele momento e que se o assunto fosse específico de projetos, fosse de qualquer natureza, acreditava que o Vereador não poderia de fato fugir muito da discussão. O Vereador Marcos Zanetti salientou que mesmo depois de ter a palavra cortada, o Vereador Neudi Mosconi continuou fazendo o mesmo ato. Disse que isso ficou feio para a instituição. O Vereador Tita Furlan comentou que por reiterada vezes os Vereadores fugiam do assunto e que o Vereador Lucio de Marchi havia acabado de dizer dava vazão a divagar do que é fugir muito e de fugir do assunto! A conduta do Vereador era incorreta, e assim disse que era necessário dizer que se estivesse no lugar do Vereador Neudi Mosconi, talvez agisse da mesma forma, porque era difícil estar sentado, disse que não iria citar nomes, um Vereador que todas as vezes vai à tribuna e foge do assunto e ainda dizia antes: "sem querer fugir do assunto!" como se fosse uma justificativa para poder fugir do assunto, e de repente o Vereador Mosconi tinha a palavra cortada. Assim repetiu que mereceu ter a atenção chamada, mereceu a advertência, mas frisou que era difícil um Vereador ter a palavra cortada enquanto outros assim fazia e não era privado da palavra. Assim disse que achava que deveria ser igual para todos e que não se permitisse que nenhum Vereador fugisse do tema e que a questão de fugir muito ou pouco e o que não podia era mudar completamente a linha do discurso e no final colocar uma palavra que ligasse ao que gostaria de discutir. Assim sendo, Tita disse que um erro não justificava o outro, e que fosse o mesmo tratamento para todos para que os Vereadores não fugissem do assunto em nenhum momento, porque isso acontecia sempre e que até ele mesmo já havia feito isso. Assim disse ser merecida a advertência, mas gostaria que não fosse estendida somente para um Vereador e permitido para outros fugirem do assunto. O Vereador Lucio de Marchi disse que o questão de fugir do assunto já havia acontecido com ele e que às vezes para chegar no fato momentâneo tinha que trazer os fatos que ocorreram e que eram semelhantes do passado, e chegar num ponto almejado. Assim disse que existia o fugir do assunto que não tinha nada a ver com a matéria em discussão e em outra situação que tinha tudo a ver com a matéria. Assim, disse que cada caso era um caso, assim disse que achava que isso estava no Regimento e que competia ao Presidente da Casa ou àqueles que estavam dirigindo a Mesa, tomar as medidas naquele momento. Disse que quem estava na Mesa tinha que ter o Regimento Interno da Casa e aplicá-lo, que tinha que ter conhecimento de todo o contexto do Regimento para poder tomar as medidas no momento em que estava acontecendo a violação dos artigos do Regimento. O Presidente salientou que dentro do conceito do discurso argumentativo, como disse o Vereador Tita Furlan, o Vereador poderia divagar por um tempo e fazer uma ligação no final, mas que tinham que usar o bom senso para não deixar que extrapolasse o limite da razão. Assim sendo, nomeou o Vereador Marcos Zanetti



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000014

como relator da matéria e colocou os materiais que já tinha à disposição do relator nomeado, se o mesmo assim achasse necessário para que até a próxima semana pudessem decidir o assunto. O outro assunto em pauta, o Presidente comentou que era o ofício nº 011, de 2015, do Gabinete nº 15, da Vereadora Sueli Guerra, que pedia a apuração dos fatos, referentes à conduta do Vereador Neudi Mosconi, relativo ao parecer emitido no Projeto de Lei nº 209, de 2014, de autoria do Poder Executivo. Assim disse que o Projeto era acerca do Plano Diretor e que havia uma série de circunstâncias que precisavam levantar e que havia chagado ontem de tarde e que hoje apresentava para todos e que gostaria de ler para que pudesse se inteirar do assunto e que se nomeava relator da matéria. Dando sequência, informou que iria ler parte do ofício, para que os Vereadores pudessem saber do que se tratava. "Presidenta da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 156, de 11 de dezembro de 2014 para apreciar o PL nº 209 de 2014, do Poder Executivo, que *altera a legislação que dispõe sobre o zoneamento do uso e da ocupação do solo urbano no Município de Toledo*; Considerando que, no dia 04 de fevereiro de 2015, houve uma reunião com o Secretário de Planejamento Estratégico e os técnicos do Poder Executivo e os membros da Comissão Especial, com o objetivo de dirimir possíveis dúvidas referentes ao PL nº 209 de 2015. Referida reunião transcorreu de forma tranquila sem grandes questionamentos dos membros da comissão, com apenas a explanação das alterações propostas no Projeto de Lei nº 209 de 2015; Considerando que, no dia 11 de fevereiro de 2015, houve a audiência Pública para debater o referido projeto, esta Vereadora Sueli Guerra determinou em Audiência Pública ...: "A Comissão Especial com certeza acatará todas essas sugestões e encaminharemos ao Conselho para que faça a avaliação, enfim a aprovação ou não, e dar continuidade ao projeto. Sem problemas nenhum; Considerando ainda que, dia 25 de fevereiro de 2015 houve a Reunião da Comissão Especial para apreciar o Parecer do PL 209 de 2015, na qual o relator da matéria o vereador Neudi Mosconi apresentou o seu parecer; Considerando que, ao apreciar o relatório, esta vereadora indagou ao relator se o que ele apresentava estava documentado através da equipe técnica do Poder Executivo, o qual disse não ter documento assinado porém era o que havia ocorrido. Portanto, para melhor compreender e por estranhar que a emenda modificativa de autoria do vereador Adriano Remonti acolhida na audiência pública não foi encaminhada ao Conselho conforme determinação desta presidenta, suspendi a votação com aceitação unânime dos membros da comissão e convocamos uma reunião da Comissão Especial com a presença da equipe técnica e do secretário de Planejamento. Considerando que, há contradição entre o relato do vereador Neudi Mosconi e o relato do secretário de Planejamento Sr. Jadyr Donin, onde afirma que não houve a discussão e nem a concordância das alterações, bem como não houve a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Acompanhamento do plano Diretor (CMDAPD), Vem solicitar a Vossa Excelência que diante dos fatos acima citados os mesmos sejam apurados de forma a tomar as providências cabíveis. Concluída a leitura de parte do ofício, o Presidente salientou que houve na hora até um a concordância do Poder Executivo para ele apresentasse uma modificativa e isso não era o que havia ocorrido. Assim



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000015

disse ser uma situação que tinham que averiguar, porque, incorria no artigo 26 do Regimento Interno, que era uma falsificação de informação para que o Conselho pudesse levantar os fatos e se fosse o caso convocar todos, o Secretário Jaldir Donin, o Vereador Neudi Mosconi, para que pudessem ter uma clareza dos fatos e não permitir que acontecesse novamente a situação ocorrida. Assim disse que durante a semana levantaria os fatos e conversaria com os envolvidos. O Vereador Lucio de Marchi comentou que o Vereador Neudi Mosconi encontrou o Secretário Jaldir Donin nos corredores da Prefeitura, discutiram o assunto e o Jaldir pediu para o Vereador Mosconi discutir com o Gilberto que era o Diretor do Planejamento do Plano Diretor. Assim Lucio salientou que houve uma discussão, até porque Mosconi era o relator do Projeto, e assim, Lucio de Marchi disse ser salutar que o Vereador, quando relator, buscasse os órgãos do Município para poder fazer um relatório sucinto e claro dos propósitos do Projeto e desta forma, o Vereador Mosconi havia trazido até a Comissão o que o Diretor Gilberto havia passado, que havia uma mudança, e que estava mudando a Avenida Egydio Munaretto, PR nº 317, nos dois lados, já havia no Plano Diretor Existente, que o lado direito era somente para indústria e estava se abrindo um espaço, se definindo no novo plano de expansão duzentos e oitenta metros e depois poderia viabilizar loteamento, como avenida de contensão de ruídos. Frisou que antes era permitido apenas indústria e que hodiernamente, através do Projeto em discussão, iria se autorizar loteamentos depois dos duzentos e oitenta metros da PR nº 317. Lucio de Marchi salientou que a dificuldade do Vereador Mosconi era na chegada na BR nº 467, porque existia uma área destinada para o CENSE, e também foi mencionada Sanga Manaus, que até comentou na Tribuna na sessão, que ficava na outra extremidade BR nº 467 que não tinha nada a ver, porque o Projeto veio errado, disse o vereador Lucio de Marchi, porque no Projeto constava a Sanga Manaus, que ficava no outro extremo da BR nº 467. Assim, foram convocados os técnicos da Prefeitura, o Vereador Mosconi estava ausente, porque já havia justificado que iria para Cascavel e não estaria na reunião com os Técnicos da Prefeitura. Lucio disse que houve uma discussão sobre o assunto, e comentou que de seu ponto de vista, apesar de ter respeito com todos os Vereadores, mas a intenção do Vereador Neudi Mosconi foi de aprimorar o Projeto, porém, se o mesmo não discutiu e colocou que havia uma discussão acertada com o Poder Executivo, que havia um Conselho do Plano Diretor, que toda a expansão urbana teria que passar por este Conselho, o qual era formado por representantes do Município, sociedade civil organizada, assim os Vereadores não conseguiam decidir nada e sim o Conselho quem decidia. Desta forma, o Vereador Lucio de Marchi esclareceu que se já havia passado pelo Conselho a discussão, o Vereador foi lá para melhorar, para aprimorar. Assim sendo, Lucio de Marchi salientou que tinham que tomar cuidado com o relatório, discutir bem, falar com o Técnico Gilberto, que foi a pessoa a qual o Secretário Jaldir havia falado para o Vereador Neudi Mosconi entrasse em contato e conversasse. O Presidente do Conselho disse que que todos poderiam ficar tranquilos, até porque o relatório somente seria do Conselho depois de votado pelos seus membros. O Vereador Tita Furlan frisou que a questão era: o Vereador mentiu ou não mentiu? Salientou que um Vereador não



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000016

poderia induzir os demais ao erro, utilizando inverdade. Assim disse que não iria proferir absolutamente nada sem ter a convicção de que o Vereador mentiu ou não mentiu. O Presidente na continuidade, informou os presentes que cumprida a finalidade da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal, e nada mais havendo para ser tratado, declarava encerrados os trabalhos às nove horas e quatorze minutos (09h14min) do dia três de março de dois mil e quinze (03.03.2015), determinando a lavratura desta Ata, que vai assinada por ele e pelos demais membros do CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Marcos Zanetti
Secretário

Vagner de Labin
Presidente do Conselho de Ética
e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal

Lucio de Marchi
Membro

Tita Furlan
Vice-Presidente

APROVADA INDEPENDENTE DE VOTAÇÃO
(Regimento Interno, art. 84, III e 99, I)
SALA DAS REUNIÕES, 20 de março de 2015
Presidente do Conselho de Ética

Errata: Na data de encerramento da reunião, onde se lê "três de março de dois mil e quinze (03.03.2015)", leia-se "dezessete de março de dois mil e quinze (17.03.2015)".

Marcos Zanetti
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000017

PROT 316/2015

13/03 - 14-34 h.


Fernanda Cristina Sanchez
Assistente Legislativo
Câmara Municipal de Toledo

Ofício de nº 18/2015

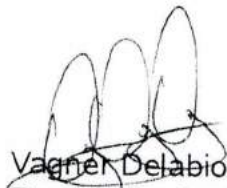
Toledo, 13 de março de 2015.

Ao
Departamento Legislativo
Câmara Municipal de Toledo – PR

Prezados

Venho pela presente informar que os membros do Conselho de Ética já estão devidamente convocado para reunião extraordinária no dia 17 de março de 2015, terça-feira as 08h30min, bem como convocar o Departamento Legislativo para que se façam presente na referida reunião.

Atenciosamente



Wagner Delabio
Presidente do Conselho de Ética



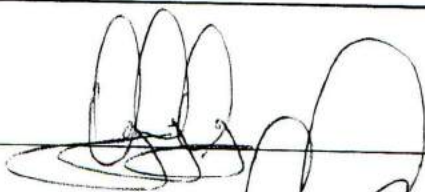
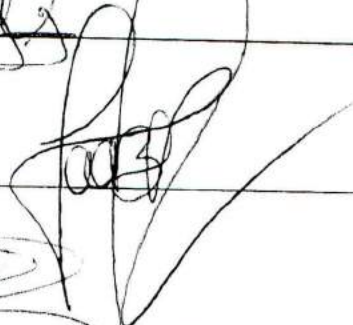

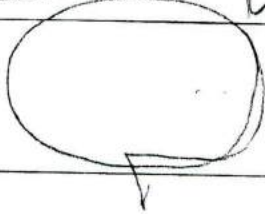

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

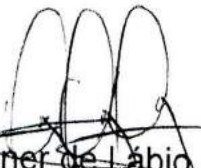
000018

LISTA DE PRESENÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Vereadores presentes na 1ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar,
realizada em 17 de março de 2015.

Cargo	Vereador(a)	Assinatura
Presidente	Vagner de Lábio	
Vice-Presidente	Tita Furlan	
Secretário	Marcos Zanetti	
Membro	Lúcio de Marchi	
Membro	Expedito Ferreira	

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Toledo,
17 de março de 2015.


Vagner de Lábio
Presidente da Comissão

PARECER DA CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ao Processo Nº 01/2015, EMENTA:
Recurso à censura oral aplicada a
Vereador.

Relator: Vereador Marcos Zanetti.

1. RELATÓRIO

Em 25 de fevereiro de 2015 o vereador Neudi Mosconi apresentou o pedido de revisão de sua penalização ocorrida na Sessão Ordinária do dia 23 de fevereiro do corrente ano. O fato deu-se no momento em que o vereador em tribuna declarava seu voto e este desviava o foco com frequência, ao ponto do presidente, fazendo valer o seu posto, reprimiu o vereador solicitando que o mesmo mantivesse em debate o assunto da matéria.

Na visão do presidente da Casa isso não ocorreu, momento esse que o presidente "cortou a palavra" do vereador Neudi Mosconi alegando que ele foi declarar seu voto e não discursava sobre o tema.

Baseado no Regimento Interno dessa Casa de Leis a censura oral deve ser aplicada quando:

"Art. 28 - A censura oral será aplicada de imediato pelo Presidente da Câmara, em sessão, ou pelo Presidente de comissão, em reunião desta, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos I e II do artigo 25".

Art. 25 - Atentam contra o decoro parlamentar as seguintes condutas:

I - perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões de comissão;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

Retomando o Artigo 28 do RI :

§ 1º - Ao ser aplicada a censura oral, o Presidente da Câmara ou de comissão deverá mencionar a conduta do Vereador atentatória ao decoro e o dispositivo infringido deste Regimento.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

000020

Estado do Paraná

§ 2º - A aplicação de pena será registrada em ata da qual será encaminhada cópia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para conhecimento e inclusão no Sistema de Informações do Mandato.

§ 3º - Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo poderá o Vereador recorrer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da aplicação da censura oral, e esta proferirá decisão definitiva no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de recebimento do recurso."

Considerando também que segundo a Constituição Federal em seu Artigo 29 inciso VIII : "inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município."

Segue o relatório segundo razões elencadas por este relator.

Analisando que, ao meu ver, o vereador Neudi Mosconi não infringiu nenhum desses artigos, acato o pedido de revisão de penalização feito a este conselho e voto pelo arquivamento da censura oral anteriormente aplicada ao parlamentar.

É o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, analisados e considerados os objetivos que orientam o pedido do vereador considero positivo o seu pedido e assim o acato.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.



Marcos Zanetti

Relator

3. PARECER DO CONSELHO

Os membros desta Conselho, reunidos nesta data, acompanham o voto do relator, de forma que o Processo nº 01/2015 deve ser acatado.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Voto CONTRARIO

Vagner De Labio
Presidente



Tita Puffan
Vice-Presidente



Lucio de Marchi
Membro



Expedito Ferreira
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO
Estado do Paraná

000022

Toledo-PR, 29 de abril de 2015.

VOTO EM SEPARADO -

Ref: Processo 001/2015.- CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Senhor Relator – Vereador Marcos Zanetti,

Atentando ao relatório apresentado nesta data pelo vereador supra citado, e não concordando em não penalizar de alguma forma o vereador citado pelo seu comportamento na tribuna desta casa, podendo esta prática se tornar algo corriqueiro por parte de todos os outros, justificando a impunidade de seus atos, este vereador que abaixo subscreve TEM SEU VOTO CONTRARIO AO DO RELATOR.

Atenciosamente,

VEREADOR VAGNER DELABIO



TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Encerra o Processo nº 01 de 2015, que trata sobre recurso à censura oral aplicada a Vereador.

Os Vereadores, membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal, que este subscrevem,

DECLARAM

encerrados os trabalhos referentes ao Processo nº 01 de 2015, que trata sobre recurso à censura oral aplicada a Vereador.

Declaram, por fim, que pela maioria dos membros presentes na reunião de que foi acatado e aprovado o recurso à censura, conforme parecer do relator, Vereador Marcos Zanetti, e com voto em contrário do Vereador Wagner Delabio, conforme relatório apresentado na reunião realizada no dia 29 de abril de 2015.

Presidente do Conselho de Ética
e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal

Tita Furlan
Vice-Presidente

Marcos Zanetti
Secretário

Lucio de Marchi
Membro

Expedito Ferreira
Membro

SALA DAS REUNIÕES, 18 de março de 2016